



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/08/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. SELETIVOS.....	3
1.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	4
1.4. VARAS CRIMINAIS.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. VARA CÍVEL.....	6 - 7
2.2. VARAS CRIMINAIS.....	8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SELETIVOS.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	10 - 13
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14
4.3. JUÍZES.....	15 - 16
4.4. SELETIVOS.....	17
4.5. TJ-MA 200 ANOS.....	18
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	19
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. AÇÕES TJMA.....	20
6.2. OBRAS/REFORMAS.....	21
6.3. SELETIVOS.....	22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	23
7.2. DECISÕES.....	24
7.3. DESEMBARGADORES.....	25
7.4. OBRAS/REFORMAS.....	26
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	27
7.6. SELETIVOS.....	28 - 29
7.7. SEM ASSUNTO.....	30
7.8. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	31

Rose Sales faz audiência sobre regularização fundiária na Câmara

Pag. 2

Rose Sales faz audiência sobre regularização fundiária na Câmara

Com o objetivo de promover um amplo debate sobre regularização fundiária, a vereadora Rose Sales (PCdoB) realizou uma audiência pública na Câmara Municipal de São Luís, na última terça-feira, (21), das 15h30 às 19h10, atendendo solicitação do GTI - Grupo de Trabalho Intergovernamental e Intersetorial pela Regularização Fundiária da Ilha de São Luís. Segundo ela, "o encontro serviu para discussão das questões e problemáticas envolvendo a regularização fundiária, e teve como finalidade dialogar e deliberar encaminhamentos com vistas a estabelecer a política de regularização fundiária, numa perspectiva de compromisso e articulação entre os governos municipal, estadual e federal".

Contando com a participação de membros que compõem o GTI como representantes das Secretarias Municipal de Urbanismo e estaduais de Indústria e Comércio e das Cidades, do Núcleo de Direitos Humanos da OAB/MA, da Superintendência do Patrimônio da União, das universidades, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís e comunidades em conflitos fundiários ficou encaminhado: fazer gestões junto ao Tribunal de Justiça o não pagamento de taxa nos cartórios para titularização de pessoas de baixa renda, em áreas de interesse social e requerer que o TJ determine e monitore os cartórios para que não haja registro sem pesquisa junto aos órgãos de gestão de terras.

Também ficou estabelecido por parte da Secretaria de Indústria e Comércio que a reversão

acordada com a SPU, em relação a área do Distrito Industrial, da parte considerada de interesse social seja efetuada revertida para gestão compartilhada da Secretaria das Cidades e a Secretaria de Urbanismo, visando efetivar a regularização fundiária na zona rural de São Luís. Outra deliberação é a de que seja consolidado na próxima reunião de trabalho do GTI Termo de Compromisso com as responsabilidades e atribuições que cada órgão deverá assumir para estabelecer a política fundiária.

Uma discussão pública na esfera do GT quanto ao Termo de Cooperação Técnica entre os governos municipal, estadual e federal foi outro assunto deliberado, bem como que o GTI organize um abaixo-assinado cobrando a Secretaria Nacional da União a devida estruturação da SPU/MA, para acelerar os processos de titularização. Ficou acertado ainda um debate com a Secretaria de Urbanismo sobre a dotação necessária a ser incluída da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2014 para as questões fundiárias.

Fazendo uma avaliação do evento, Rose Sales disse que "a audiência pública atingiu seu objetivo de garantir uma discussão democrática e participativa sobre as questões e problemáticas em torno da regularização fundiária na ilha de São Luís". Finalizando, a vereadora comunista enfatiza que "os encaminhamentos produtores na viabilização da política fundiária precisa transcender administrações, com vistas a assegurar dignidade e cidadania ao nosso povo".

TJMA PROMOVERÁ CONCURSO PARA HISTORIADOR E ARQUIVISTA

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai promover concurso público para preenchimento de duas vagas do cargo de Analista Judiciário, sendo uma para arquivista e outra para historiador.

A determinação para realização do certame é do Pleno da Corte estadual de Justiça, que atendeu solicitação do presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Os cargos foram criados em dezembro de 2012, por meio da Lei 9.728/2012.

Serejo afirmou que o concurso é bastante esperado porque os cargos não existiam no quadro do Tribunal de Justiça, tendo sido necessária a criação dos mesmos após a instituição do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário. O objetivo é adequar a gestão, produção, avaliação e eliminação dos documentos, de forma a garantir segurança, integridade e preservação.

O Programa considera dever do Poder Público conferir especial proteção a documentos históricos e arquivos, assegurando o acesso da sociedade e o apoio à cultura e ao desenvolvimento científico.

BOAS PRÁTICAS DO TJMA CONCORREM AO PRÊMIO INNOVARE 2013



Experiências inovadoras do Poder Judiciário do Maranhão estão concorrendo à 10ª edição do Prêmio Innovare 2013 – que identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. Os advogados Marco Lara e Rafael Bayma, membros da comissão que avalia os projetos, estiveram na sede do Tribunal de Justiça para conhecer o trabalho realizado pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), que concorre à premiação na categoria “tribunal”. Os representantes foram recebidos pelo desembargador Froz Sobrinho, secretário-geral da unidade.

Na mesma categoria, concorre à premiação o trabalho sobre a utilização do sistema Attend – de agendamento de sessões de conciliação - como instrumento de ampliação do acesso à justiça, do juiz Alexandre Abreu. Na categoria “juiz”, estão inscritos os projetos Mesa de Negociação, da juíza Sônia Amaral; Jovem Comissário, de autoria do juiz José Américo Abreu; e Maria vai à Escola, do magistrado Nelson Moraes Rêgo.

ACUSADOS DE ESTUPRO E HOMICÍDIO VÃO A JÚRI HOJE EM BARREIRINHAS

Hoje, na Comarca de Barreirinhas, será realizada sessão do Tribunal do Júri que tem como réus Carlos André Marcineiro e Valdemir Ramos da Silva, acusados de terem estuprado e matado Cleide Ângela Silva, em outubro de 2010. A sessão deveria ter ocorrido no dia 16 de julho, mas foi adiada pela recusa do defensor dativo em defender os réus em plenário, por razões de foro íntimo.

De acordo com a denúncia contra os acusados, a vítima passou por eles na garupa de uma moto, gritando e pedindo pra descer. Os dois estavam na porta de uma casa. Mais adiante, o motoqueiro parou e tentou estuprar Cleide. Os dois acusados, então, apareceram e afugentaram o motoqueiro. Os dois homens, entretanto, partiram pra cima de Cleide Ângela, aplicando-lhe um golpe de faca. Depois, eles a esganaram. Em seguida, com Cleide ainda viva, praticaram coito anal. A notícia do estupro seguido de morte deixou a população revoltada.

RETRATAÇÃO: A presente matéria trata-se de uma republicação da edição de 18/19 de janeiro de 2009, por motivo de Ordem Judicial da 4ª Vara Civil de São Luís - MA Proc. 9695-10.2009.8.10.0001

Detran divulga novas regras para motoristas infratores

A FOTO abaixo refere-se a uma campanha educativa do Departamento Estadual de Trânsito, não estando a autora alcoolizada ou submetendo-se compulsoriamente a qualquer teste de bafômetro.

Na edição de 18/19 de janeiro de 2009, ATOS E FATOS publicou matéria intitulada "Detran divulga novas regras para motoristas infratores", ilustrada com foto em que aparece uma jovem sendo submetida a teste de bafômetro. Por decisão judicial, a matéria está sendo reproduzida e este matutino esclarece que tanto a foto como o texto foram encaminhados pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado. Em nenhum momento houve a intenção de macular a imagem de qualquer pessoa.

PÁGINA 4



➤ **Retratação:** A presente matéria trata-se de uma republicação da edição de 18/19 de janeiro de 2009, por motivo de ordem judicial da 4ª Vara Civil de São Luís - MA Proc. 9695-10.2009.8.10.0001

Detran divulga novas regras para motoristas infratores

A FOTO abaixo refere-se a uma campanha educativa do Departamento Estadual de Trânsito, não estando a autora alcoolizada ou submetendo-se compulsoriamente a qualquer teste de bafômetro.

Os motoristas condenados por crimes ao volante deverão seguir novas regras para obter novamente a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a partir de primeiro de julho de 2009. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou no dia 22 de dezembro, no Diário Oficial da União, a Resolução nº 300, que especifica os exames necessários para que os condutores que já cumpriram a pena voltem a dirigir.

As novas regras são válidas para todo território nacional. Mas, até que entre em vigor em julho deste ano, continua valendo o artigo 160 do Código de Trânsito Brasileiro que afirma que os motoristas envolvidos em delitos de trânsito têm que realizar exames para recuperar a CNH, mas não cita quais seriam. O coordenador de Habilitação do Detran, Afonso Leite, explica que, "de acordo com a legislação vigente, cada unidade do Departamento Estadual de

Trânsito tem autonomia para determinar os exames necessários. Com a nova resolução a legislação será aplicada da mesma forma em todos os Estados", afirma ele.

Em 2008 foram registrados 14 casos de crimes de trânsito em São Luís, todos envolvendo álcool e direção, já que a Lei 11.705 define como crime de trânsito dirigir com um nível de álcool acima do permitido. A constatação da presença de 0,3 mg ou mais de álcool no teste de bafômetro já determina a cassação da carteira por 12 meses, detenção do infrator de seis meses a 3 anos, e multa no valor de R\$ 957,70.

A nova resolução do Contran regulamenta também que os condutores envolvidos em acidentes graves realizem avaliações iguais às dos condenados por delito de trânsito, quando o processo administrativo for indeferido. Este infrator terá a carteira de habilitação

cassada em 48 horas, mas não será necessário aguardar um longo período para dar entrada em um novo processo de obtenção de carteira.

Quais são os crimes de trânsito?

- Praticar homicídio culposo no trânsito (não intencional);
- Praticar lesões corporais culposas (não intencionais);
- Deixar de prestar socorro imediato ou abandonar o local para fugir da responsabilidade civil ou criminal;
- Dirigir sob influência do álcool ou de substâncias de efeitos similares (quantidade de álcool igual ou superior a 0,3mg no teste do bafômetro);
- Participar de rachas ou competições não autorizadas;
- Transitar com velocidade incompatível com a segurança e as condições locais.

Como reaver a CNH hoje

Hoje, o Detran/MA estabelece que o condutor que cometer crime de trânsito e,

consequentemente tiver sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) apreendida, deve fazer um curso de direção defensiva e primeiros socorros. O mesmo acontece com os motoristas que forem condenados em acidentes graves. Para reaver a carteira, o condutor poderá ainda sofrer outras sanções dependendo de decisão judicial ou de determinação do chefe de órgão executivo de trânsito.

Como reaver a CNH a partir de 01/07/2009

Com a nova resolução, o motorista enquadrado em crime de trânsito deverá ser submetido e aprovado nos exames de aptidão física e mental, avaliação psicológica, prova escrita sobre legislação de trânsito e prática de direção veicular realizado em via pública.



Crime de trânsito, envolvendo álcool e direção, poderá ser identificado pelo bafômetro

NOTA DA REDAÇÃO

A matéria acima foi reproduzida por determinação judicial, em função de ação movida contra ATOS E FATOS por Maria Helena Barros Santos, que aparece na foto que ilustra o texto, sendo

submetida a teste de bafômetro. Convém ressaltar que tanto o texto como a foto foram encaminhadas a este matutino pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado.

DRF prende dois assaltantes em SL

Policiais civis lotados na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) prenderam, na manhã de ontem (22), Leandro Castro Nascimento, 24 anos, e Jhonathan Sales Mendes, 18, por tentativa de assalto. Segundo informações policiais, os dois tentaram assaltar uma pessoa na Rua Jansen Muller, no centro de São Luís, quando foram surpreendidos por policiais civis que frustraram a ação criminosa. Com eles foram apreendidos um revólver calibre 38 e um veículo Corsa Classic, com placas NHG 2186.

Leandro e Jhonathan foram encaminhados a DRF e autuados em flagrante delito pelos crimes de roubo qualificado e porte ilegal de arma de fogo, pelo delegado Rodson Teixeira de Almeida, titular da DRF. O carro foi levado ao pátio da delegacia para algumas verificações.

Na ocasião, foi cumprido um mandado de prisão em desfavor de Jhonathan, que havia sido expedido no mês de abril deste ano pela juíza Maria da Conceição Mendonça, da 4ª Vara Criminal da Capital, por assalto.

PARA HISTORIADOS E ARQUIVISTA

TJMA promoverá novo concurso público

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai promover concurso público para preenchimento de duas vagas do cargo de Analista Judiciário, sendo uma para arquivista e outra para historiador.

A determinação para realização do certame é do Pleno da Corte estadual de Justiça, que atendeu solicitação do presidente da Comissão de Documenta-

ção, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Os cargos foram criados em dezembro de 2012, por meio da Lei 9.728/2012.

Serejo afirmou que o concurso é bastante esperado porque os cargos não existiam no quadro do Tribunal de Justiça, tendo sido necessária a criação dos mesmos após a instituição do Programa de Gestão Documental do Poder Ju-

diciário. O objetivo é adequar a gestão, produção, avaliação e eliminação dos documentos, de forma a garantir segurança, integridade e preservação.

O Programa considera dever do Poder Público conferir especial proteção a documentos históricos e arquivos, assegurando o acesso da sociedade e o apoio à cultura e ao desenvolvimento científico.

"Precisamos, com urgência, desses profissionais para conferir a linha científica ao programa, de acordo com a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados", explica o magistrado.

O concurso será organizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). O diretor da instituição, desembargador Marcelo Carvalho Silva, presidirá a comissão do certame.

Questões eleitorais discutidas em reunião de corregedores

Sistema biométrico é um dos temas do 34º Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça Eleitoral, aberto ontem em São Luís. **Geral 5**

Corregedores discutem Justiça Eleitoral Brasileira em São Luís

Aberto ontem à noite o 34º Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça Eleitoral, que discute a efetividade do sistema biométrico na votação, o cadastramento eleitoral e a importância dos meios digitais para o trabalho dos cartórios eleitorais

Com a missão de buscar o aprimoramento da Justiça Eleitoral brasileira, o 34º Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça Eleitoral foi aberto ontem à noite no Hotel Luzeiros, em São Luís, reunindo autoridades e representantes de cortes de todos os estados brasileiros. A efetividade do sistema biométrico na votação, o cadastramento eleitoral, a importância dos meios digitais para o trabalho dos cartórios eleitorais e a reforma política são algumas das questões mais pertinentes no campo da Justiça Eleitoral no país atualmente. O encontro se estende até amanhã (24).

O Encontro do Colégio de Corregedores no Maranhão ocorre em um momento em que uma remodelação da Justiça Eleitoral tem sido debatida em todo o país, ao considerar a importância do uso de meios digitais para a evolução do sistema de eleição política. A reestruturação das cortes e os investimentos para adaptação aos novos modelos são algumas das principais pautas do evento, segundo o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e corregedor José de Ribamar Froz Sobrinho.

Ele afirma que as ferramentas eletrônicas têm sido criadas tanto para auxiliar e facilitar processos de votações como dar celeridade aos serviços administrativos, que dão funcionamento às cortes eleitorais. Uma dessas renovações trata-se do sistema biométrico, cuja implantação está em realização em todo o Brasil.

“Uma de nossas discussões diz respeito ao sistema biométrico de votação, que tem movimentado todo o país e vai revolucionar as próximas eleições

brasileiras. Para cadastrar os eleitores no novo sistema, temos utilizados todas as nossas unidades móveis, instaladas unidades de atendimento em pontos estratégicos e buscado soluções para qualquer impasse”, disse Froz Sobrinho.

Participam do evento 17 corregedores eleitorais. Compuseram a mesa de abertura o presidente do Colégio de Corregedores de Justiça Eleitoral, Antônio Carlos Matias Couto; o corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o anfitrião José de Ribamar Froz Sobrinho; o presidente do TRE, José Bernardo Rodrigues; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo; a desembargadora Cleonice Silva Ferreira, representando o Tribunal de Justiça; o comandante do 24º Batalhão de Caçadores, o coronel Weber Costa; o secretário municipal Rodrigo Maia, representando a Prefeitura de São Luís; e o vice-presidente do Colégio de Corregedores de Justiça Eleitoral, José de Ribamar Oliveira.

Reforma política – As mudanças referentes às leis dos partidos políticos e das eleições será outro assunto que será debatido durante o encontro dos corregedores em São Luís. “Temos um limite de discussões. A pauta abordará pontos já pré-definidos, como a destinação de recursos para campanhas. Atualmente já há uma postura da maior parte dos corregedores de que se deve ser proibida a utilização de recursos de empresas privadas durante as campanhas eleitorais”, especificou o corregedor do TRE/MA.

Porém, segundo Froz Sobrinho, tal a proibição do uso de recursos provenientes de pessoas

jurídicas depende de uma mudança legislativa e não pode ser definida por um colégio de corregedores. “Nossa carta, com as propostas, será encaminhada aos órgãos nacionais como a Presidência da República, ao Congresso Nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral e outros órgãos envolvidos no processo de reforma política”, explicou.

O encontro busca ainda subsídios para enfrentar os problemas da Justiça Eleitoral por meio do diálogo de experiências entre os magistrados, como mencionou o presidente do TRE. “É preciso conhecer o que os corregedores cada um em seus tribunais têm feito para compararmos as práticas e encontrar possíveis soluções para impasses no trabalho de cada um”, disse Bernardo Rodrigues.

Mais

Até ontem pela manhã, corregedores de todo o Brasil participaram de uma reunião com os representantes das corregedorias eleitorais. O evento foi um preparatório para o Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral. Os representantes das CREs preparam um documento com sugestões de melhorias administrativas que será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



O meio digital é uma ferramenta que hoje em dia acelera o trabalho da Justiça Eleitoral e dá ainda transparência ao funcionamento das cortes eleitorais”

Froz Sobrinho, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral



O vice-presidente do TRE, corregedor Froz Sobrinho, abriu ontem à noite a solenidade com a presença de diversas autoridades

- **A futura** presidente do Judiciário, desembargadora Cleonice Freire, representou o Poder Judiciário na abertura do encontro de corregedores eleitorais.

Inspeção

BALSAS - O titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, juiz Edmilson da Costa Lima, iniciou Inspeção Geral Ordinária (IGO) nas delegacias de Polícia da comarca. O encerramento da ação acontece hoje. Os trabalhos ocorrerão de 8h às 18h. A ação é objeto da Portaria nº 2250/2013, editada pelo juiz. Segundo ele, a inspeção contemplará as duas delegacias da sede da comarca - Central e da Mulher -, além das delegacias de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Colinas, termos judiciais da Comarca de Balsas. Para a inspeção, o juiz determinou a expedição de ofícios às autoridades.

Água

BACURI - O juiz Marcelo Santana Farias, da Comarca de Bacuri, determinou à Prefeitura que regularize o fornecimento de água potável, com tratamento adequado, dentro dos requisitos de eficiência a continuidade, necessários à plena utilização do produto à população do povoado Piquizeiro. O prazo para o cumprimento da decisão é de 15 dias, a contar da notificação. A decisão é datada de 13 deste mês. A pena diária no caso de descumprimento da determinação é de R\$ 1 mil. "O réu deverá comprovar nos autos o cumprimento efetivo e pontual do preceito ora prescrito", consta do documento.

Justiça

GOVERNADOR EUGÊNIO

BARROS - A juíza Welline Coelho, titular de Governador Eugênio Barros, iniciou segunda-feira (19) uma inspeção judicial extraordinária nas duas Serventias Extrajudiciais e na delegacia da comarca. De acordo com a magistrada, serão inspecionadas as serventias extrajudiciais de Governador Eugênio Barros e de Graça Aranha, bem como a delegacia de polícia de Eugênio Barros. Para acompanhar os trabalhos de inspeção, a magistrada convidou representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai promover concurso público para preenchimento de duas vagas do cargo de Analista Judiciário, sendo uma para arquivista e outra para historiador. O Pleno da Corte estadual de Justiça atendeu a solicitação do presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo.



A aluna Carla Medeiros, do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Dom Bosco, foi uma das vencedoras do concurso de redação promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em comemoração à passagem do bicentenário da instituição, que ocorrerá no dia 4 de novembro. A estudante foi premiada com um notebook e a solenidade de entrega contou com a presença de desembargadores do TJ e do secretário estadual de educação Pedro Fernandes (foto).

DEBATE

Vereadora faz audiência sobre regularização fundiária na Câmara

Com o objetivo de promover um amplo debate sobre regularização fundiária, a vereadora Rose Sales (PCdoB) realizou uma audiência pública na Câmara Municipal de São Luís, na última terça-feira, (21), das 15h30 às 19h10, atendendo solicitação do GTI - Grupo de Trabalho Intergovernamental e Intersetorial pela Regularização Fundiária da Ilha de São Luís. Segundo ela, "o encontro serviu para discussão das questões e problemáticas envolvendo a regularização fundiária, e teve como finalidade dialogar e deliberar encaminhamentos com vistas a estabelecer a política de regularização fundiária, numa perspectiva de compromisso e articulação entre os governos municipal, estadual e federal".

Contando com a participa-

ção de membros que compõem o GTI como representantes das Secretarias Municipal de Urbanismo e estaduais de Indústria e Comércio e das Cidades, do Núcleo de Direitos Humanos da OAB/MA, da Superintendência do Patrimônio da União, das universidades, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís e comunidades em conflitos fundiários ficou encaminhado: fazer gestões junto ao Tribunal de Justiça o não pagamento de taxa nos cartórios para titularização de pessoas de baixa renda, em áreas de interesse social e requerer que o TJ determine e monitore os cartórios para que não haja registro sem pesquisa junto aos órgãos de gestão de terras.

DELIBERAÇÕES- Também ficou estabelecido por parte da Secretaria de Indústria e Comércio

que a reversão acordada com a SPU, em relação a área do Distrito Industrial, da parte considerada de interesse social seja efetuada revertida para gestão compartilhada da Secretaria das Cidades e a Secretaria de Urbanismo, visando efetivar a regularização fundiária na zona rural de São Luís. Outra deliberação é a de que seja consolidado na próxima reunião de trabalho do GTI Termo de Compromisso com as responsabilidades e atribuições que cada órgão deverá assumir para estabelecer a política fundiária.

Uma discussão pública na esfera do GT quanto ao Termo de Cooperação Técnica entre os governos municipal, estadual e federal foi outro assunto deliberado, bem como que o GTI organize um abaixo-assinado cobrando a Secretaria Nacional

da União a devida estruturação da SPU/MA, para acelerar os processos de titularização. Ficou acertado ainda um debate com a Secretaria de Urbanismo sobre a dotação necessária a ser incluída da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2014 para as questões fundiárias.

Fazendo uma avaliação do evento, Rose Sales disse que "a audiência pública atingiu seu objetivo de garantir uma discussão democrática e participativa sobre as questões e problemáticas em torno da regularização fundiária na ilha de São Luís". Finalizando, a vereadora comunista enfatiza que "os encaminhamentos produtores na viabilização da política fundiária precisa transcender administrações, com vistas a assegurar dignidade e cidadania ao nosso povo".

Rose Sales faz audiência sobre regularização fundiária

Com o objetivo de promover um amplo debate sobre regularização fundiária, a vereadora Rose Sales (PCdoB) realizou uma audiência pública na Câmara Municipal de São Luís, na última terça-feira, (21), das 15h30 às 19h10, atendendo solicitação do GTI – Grupo de Trabalho Intergovernamental e Intersetorial pela Regularização Fundiária da Ilha de São Luís. Segundo ela, “o encontro serviu para discussão das questões e problemáticas envolvendo a regularização fundiária, e teve como finalidade dialogar e deliberar encaminhamentos com vistas a estabelecer a política de regularização fundiária, numa perspectiva de compromisso e articulação entre os governos municipal, estadual e federal”.

Contando com a participação de membros que compõem o GTI como representantes das Secretarias Municipal de Urbanismo e estaduais de Indústria e Comércio e das Cidades, do Núcleo de Direitos Humanos da OAB/MA, da Superintendência do Patrimônio da



Vereadora Rose Sales (PCdoB)

União, das universidades, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís e comunidades em conflitos fundiários ficou encaminhado: fazer gestões junto ao Tribunal de Justiça o não pagamento de taxa nos cartórios para titularização de pessoas de baixa renda, em áreas de interesse social e requerer que o TJ determine e monitore os cartórios para que não haja registro sem pesquisa junto aos órgãos de gestão de terras.

Também ficou estabelecido por parte da Secretaria de Indústria e Comércio que a

reversão acordada com a SPU, em relação a área do Distrito Industrial, da parte considerada de interesse social seja efetuada revertida para gestão compartilhada da Secretaria das Cidades e a Secretaria de Urbanismo, visando efetivar a regularização fundiária na zona rural de São Luís. Outra deliberação é a de que seja consolidado na próxima reunião de trabalho do GTI Termo de Compromisso com as responsabilidades e atribuições que cada órgão deverá assumir para estabelecer a política fundiária.

Uma discussão pública na esfera do GT quanto ao Termo de Cooperação Técnica entre os governos municipal, estadual e federal foi outro assunto deliberado, bem como que o GTI organize um abaixo-assinado cobrando a Secretaria Nacional da União a devida estruturação da SPU/MA, para acelerar os processos de titularização. Ficou acertado ainda um debate com a Secretaria de Urbanismo sobre a dotação necessária a ser incluída da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2014 para as questões fundiárias.

Fazendo uma avaliação do evento, Rose Sales disse que “a audiência pública atingiu seu objetivo de garantir uma discussão democrática e participativa sobre as questões e problemáticas em torno da regularização fundiária na ilha de São Luís”. Finalizando, a vereadora comunista enfatiza que “os encaminhamentos producentes na viabilização da política fundiária precisa transcender administrações, com vistas a assegurar dignidade e cidadania ao nosso povo”.

Novo Fórum será inaugurado nesta sexta

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugura nesta sexta-feira (23), às 16 horas, o novo Fórum de Riachão, comarca de entrância inicial e integrada ao polo de Imperatriz. O prédio – localizado na Rua da Penha, no Centro – faz parte do conjunto de obras executadas na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

“O investimento vai garantir um melhor atendimento a cerca de 30 mil habitantes da comarca de Riachão e do município de Feira Nova do Maranhão (termo judiciário), sendo decisivo para uma melhor prestação jurisdicional na região sul do Estado”, ressalta Guerreiro Júnior.

O novo Fórum foi constru-

ído numa área total de 466,62 m², com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). O investimento foi de R\$ 1.050.449,57.

Além de secretaria e setor de distribuição conta com sala de audiências; sala da assessoria; gabinete do juiz; sala de oficiais de justiça; sala para a OAB; Centro de Processamento de Dados; copa; depósito e banheiros adaptados.

A comarca de Riachão registra, em média, 90 processos por mês, entre ações cíveis, criminais, de família, execução fiscal e fazenda pública, contando com o acervo de 2.351 processos em tramitação na vara única e Juizado Especial.

TJ promoverá concurso para historiador e arquivista

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai promover concurso público para preenchimento de duas vagas do cargo de Analista Judiciário, sendo uma para arquivista e outra para historiador.

A determinação para realização do certame é do Pleno da Corte estadual de Justiça, que atendeu solicitação do presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Os cargos foram criados em dezembro de 2012, por meio da Lei 9.728/2012.

Serejo afirmou que o concurso é bastante esperado porque os cargos não existiam no quadro do Tribunal de Justiça, tendo sido necessária a criação dos mesmos após a instituição do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário.

O objetivo é adequar a gestão, produção, avaliação e eliminação dos documentos, de forma a garantir segurança, integridade e preservação.

O Programa considera dever do Poder Público conferir especial proteção a documentos históricos e arquivos, assegurando o acesso da sociedade e o apoio à cultura e ao desenvolvimento científico.

"Precisamos, com urgência, desses profissionais para conferir a linha científica ao programa, de acordo com a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados", explica o magistrado.

O concurso será organizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). O diretor da instituição, desembargador Marcelo Carvalho Silva, presidirá a comissão do certame.

Casais devem regularizar pendências para o casamento comunitário

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que está organizando o casamento comunitário que será realizado no dia 14 de setembro, pede aos nubentes que estejam com pendências na documentação, que entrem em contato com o órgão e regularizem a situação.

Caso contrário, os casais não estarão aptos a oficializar a união na cerimônia. Para tirar dúvidas e saber em qual cartório está o seu processo de casamento, basta entrar em contato pelos telefones (98) 3198-4609 ou (98) 3198-4614.

Já está agendado um mutirão, no próximo sábado (24), para atender os casais com pendências. Eles devem comparecer ao cartório onde está o seu processo, de modo a regularizar a documentação. Será a última oportunidade para quem está inscrito no casamento comunitário sanar as pendências.

O casamento comunitário de São Luis será realizado às 17h do dia 14 de setembro de 2013, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Os casais que participarão da cerimônia deverão chegar às 14h, para identificação, entrega de processo entre outros detalhes.

Para entrar em contato com os cartórios, basta ligar para os números de telefone disponíveis: 1ª Zona: (98) 3254-1502; 2ª Zona: (98) 3082-6627; 3ª Zona: (98) 3243-4477; 4ª Zona: (98) 3238-7648; 5ª Zona: (98) 3235-6191.

Tubarões da saúde

O país não tem médicos. Não há médicos nas cidades do interior. Em São Luís há consultórios particulares que chegam a cobrar até R\$ 400 por uma consulta com profissionais faturando alguma coisa em torno de R\$ 5 mil por dia ou mais. Os planos de saúde são caríssimos e ineficientes, beirando à extorsão, e o discurso do deputado Bira do Pindaré sobre a Unimed, quarta-feira, na Assembleia Legislativa, provocou apartes de todos os parlamentares presentes.

Bira disse que a Unimed deu calotes em mais de 55 mil maranhenses. A Agência Nacional de Saúde determinou a portabilidade de carência para assegurar a transferência dos associados para outros planos. O deputado Zé Carlos do PT já estava na posse de documentos comprovando que os usuários da Unimed já estão recebendo correspondência de atualização das mensalidades.

O deputado Bira do Pindaré quer uma audiência pública que reúna a ANS, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Assembleia Legislativa, representantes dos usuários e o Procon, para esclarecer os fatos. A deputada Eliziane Gama responsabiliza a própria Agência Nacional de Saúde por essa situação, pois detém a prerrogativa da fiscalização e, segundo a deputada, não cumpre com seu dever. Também o deputado Neto Evangelista disse que a ANS só funciona sob pressão.

E seríamos levados a pensar que talvez só a Justiça seja o caminho mais adequado para resolver o problema. Sujou outra vez. Segundo o deputado Bira do Pindaré a Agência Nacional de Saúde suspendeu na terça-feira a venda de 30 planos de saúde e ainda ontem pela manhã já havia liminares do Poder Judiciário autorizando a venda dos mesmos planos.

A situação dos hospitais no Brasil é matéria de capa de toda a imprensa, escrita e eletrônica. Na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, não existem Unidades de Tratamento Intensivo. Sujou. Sujou tudo, pois é evidente que existem tubarões lucrando, e muito, com a saúde ou a falta de saúde neste país. (JM Cunha Santos)

Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais é aberto com solenidade

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, declarou oficialmente abertos os trabalhos do XXXIV Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral na noite desta quinta-feira (22). Os corregedores estarão reunidos no Hotel Luzeiros, onde irão discutir por 2 dias propostas de melhorias no processo eleitoral do ano que vem.

PÁGINA 12 (C1)

Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais começa em São Luís

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, declarou oficialmente abertos os trabalhos do XXXIV Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral na noite desta quinta-feira (22). Os corregedores estarão reunidos no Hotel Luzeiros, onde irão discutir por 2 dias propostas de melhorias no processo eleitoral do ano que vem.

“O evento que temos a alegria de abrir tem em sua pauta problemas enfrentados individualmente por cada uma das Corregedorias, inclusive a do Tribunal Superior Eleitoral. Aqui, elas terão a oportunidade de serem amplamente discutidas, oportunizando troca de experiências e apontamento de soluções uniformes, objetivando, sempre, o aprimoramento da Justiça Eleitoral brasileira”, discursou Froz Sobrinho.

Froz Sobrinho ainda fez um agradecimento especial. “Os servidores envolvidos na realização deste Encontro não mediram esforços para recepcionar bem os visitantes e mostrar-lhes cordialidade, respeito e eficiência”, observou. Antonio Carlos Mathias Coltro, desembargador-presidente do Colégio, enalteceu as riquezas do Maranhão e desejou êxito na condução dos trabalhos.

Novo Fórum de Riachão será inaugurado hoje

O Tribunal de Justiça inaugura, hoje, o novo Fórum de Riachão, comarca de entrância inicial e integrada ao polo de Imperatriz. O prédio – localizado na Rua da Penha, no Centro – faz parte do conjunto de obras executadas na gestão do presidente da Corte, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. “O investimento vai garantir um melhor atendimento a cerca de 30 mil habitantes da comarca de Riachão e do município de Feira Nova do Maranhão (termo judiciário), sendo decisivo para uma melhor prestação jurisdicional na região sul do Estado”, ressaltou Guerreiro Júnior.

O novo Fórum foi construído numa área total de 466,62 m², com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ). O investimento foi de R\$ 1.050.449,57.

Além de secretaria e setor de distribuição conta com sala de audiências; sala da assessoria; gabinete do juiz; sala de oficiais de Justiça; sala para a OAB; Centro de Processamento de Dados; copa; depósito e banheiros adaptados.

A comarca de Riachão registra, em média, 90 processos por mês, entre ações cíveis, criminais, de família, execução fiscal e fazenda pública, contando com o acervo de 2.351 processos em tramitação na vara única e Juizado Especial.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 56/2013

Processo n.º 14.697/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e nº 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO TOTAL, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para aquisição de separador e organizador de filas e placas de sinalização, no dia 04/08/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 21 de agosto de 2013.
THIEGO CHUNG DE FARIAS
Pregoeiro TJ/MA

***TJ-MA promoverá
concurso para
historiador e
arquivista***

PÁGINA 5 [C1]

TJ-MA promoverá concurso para historiador e arquivista

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai promover concurso público para preenchimento de duas vagas do cargo de Analista Judiciário, sendo uma para arquivista e outra para historiador.

A determinação para realização do certame é do Pleno da Corte estadual de Justiça, que atendeu solicitação do presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo. Os cargos foram criados em dezembro de 2012, por meio da Lei 9.728/2012.

Serejo afirmou que o concurso é bastante esperado porque os cargos não existiam no quadro do Tribunal de Justiça, tendo sido necessária a criação dos mesmos após a instituição do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário. O objetivo é adequar a gestão, produção, avaliação e eliminação dos documentos, de forma a garantir segurança, integridade e preservação.

O Programa considera dever do Poder Público conferir especial proteção a documentos históricos e arquivos, assegurando o acesso da sociedade e o apoio à cultura e ao desenvolvimento científico.

“Precisamos, com urgência, desses profissionais para conferir a linha científica ao programa, de acordo com a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados”, explicou o magistrado.

O concurso será organizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). O diretor da instituição, desembargador Marcelo Carvalho Silva, presidirá a comissão do certame.

Boas práticas do Tribunal de Justiça concorrem ao Prêmio Innovare 2013

Experiências inovadoras do Poder Judiciário do Maranhão estão concorrendo à 10ª edição do Prêmio Innovare 2013 – que identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. Os advogados Marco Lara e Rafael Bayma, membros da comissão que avalia os projetos, estiveram na sede do Tribunal de Justiça para conhecer o trabalho realizado pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), que concorre à premiação na categoria “tribunal”. Os representantes foram recebidos pelo desembargador Froz Sobrinho, secretário-geral da unidade.

Na mesma categoria, concorre à premiação o trabalho sobre a utilização do sistema Attend – de agendamento de sessões de conciliação – como instrumento de ampliação do acesso à Justiça, do juiz Alexandre Abreu. Na categoria “juiz”, estão inscritos os projetos Mesa de Negociação, da juíza Sônia Amaral; Jovem Comissário, de autoria do juiz José Américo Abreu; e Maria vai à Escola, do magistrado Nelson Moraes Rêgo.

Na sede da UMF, localizada na Rua do Egito, os membros do Instituto Innovare foram acompanhados pelo coordenador executivo, Ariston Chagas Júnior, e a secretária da unidade, Carla Alencar. A equipe de profissionais atua na fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal, apoio aos mutirões para reavaliar prisões e implementação de projetos de capacita-



O DESEMBARGADOR Froz Sobrinho recebeu a comissão do Prêmio Innovare

ção profissional e reinserção social de internos e egressos do sistema prisional.

“Conhecíamos essa experiência do TJ-MA apenas por meio da imprensa, mas não fazíamos ideia da grandiosidade e do alcance social desse trabalho fantástico. O Tribunal está de parabéns”, avaliou Marco Lara. Após a visita, será elaborado relatório para encaminhamento à comissão julgadora do Innovare.

Criada pela Lei nº 9551/2012 e em funcionamento desde fevereiro deste ano, a unidade é a primeira e única do tipo constituída no Brasil. “A iniciativa tem ampliado, significativamente, as ações da Justiça estadual na área da execução penal. O objetivo é garantir, por meio de uma rede de cooperação interinstitucional, o cumprimento da pena

de prisão com respeito à dignidade humana”, ressaltou o desembargador Froz Sobrinho.

A UMF busca parcerias e convênios com pessoas físicas e jurídicas, visando a cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, para estimular políticas públicas nas áreas de atuação da unidade. Oferece, ainda, apoio logístico às varas criminais e de execução do Estado.

Innovare – Nesta edição do prêmio Innovare, o número de inscritos superou em mais de 12% o do ano passado. Estão concorrendo 464 práticas e monografias. Nas categorias tradicionais (Advocacia, Defensoria, Juiz, Ministério Público e Tribunal), 355 práticas concorrem. O resultado final deverá ser divulgado no dia da cerimônia de premiação, em dezembro.

EDITORIAL

A CPI dos convênios fantasmas

A atuação dos parlamentares oposicionistas na Assembleia Legislativa deixa o governo sem fôlego. Parece que, finalmente, o grupo Sarney está tendo que lidar com profissionais da política e não com meninos deslumbrados com seus próprios discursos. Nesse conturbado jogo de xadrez, cada movimento parece ser avaliado cuidadosamente e os governistas são mantidos na defensiva sem ter tempo sequer de respirar. E complica ainda mais o fato de que não são parlamentares aguardando denúncias em gabinetes; são atuantes e jovens deputados que vão às fontes das denúncias, procurando endereços, vasculhando papéis, visitando o Diário Oficial e o Portal da Transparência.

O caso do convênio com a Associação Vera Macieira (que não teve a sede encontrada) para reforma de estradas no povoado Trechos, também não localizado, foi um exemplo desta atuação. Estão na pauta agora 51 banheiros que deveriam ter sido construídos nos arredores do município de Humberto

de Campos e que, da mesma forma, segundo os oposicionistas, não existem, todos conveniados entre a associação de uma ex-candidata e o governo do Estado.

Pelo que se pode observar, convênios estão sendo, hoje, a pedra no sapato do governo Roseana Sarney, e, sabendo disso, a oposição aproveita a ocasião do Parecer do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pedindo a cassação da governadora em virtude dos convênios firmados em 2010, para tentar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com base nas novas denúncias.

Esses deputados também não estão permitindo que o Ministério Público descanse em cima dos papéis e das denúncias; partam elas do parlamento, partam elas da imprensa. O MP parou as investigações sobre o convênio da Raposa alegando incompetência, por envolver diretamente um secretário de Estado. Os deputados não pensaram duas vezes e estão indo em comissão falar diretamente com a procuradora-geral da Justiça no Maranhão.

A simples possibilidade da CPI deixa o governo no foco do noticiário sobre corrupção eleitoral por algum tempo, o que é muito ruim para os negócios eleitorais que visam à eleição de 2014. E, pior ainda, para o julgamento das supostas fraudes cometidas em 2010.

Ao propor a CPI, o deputado Rubens Júnior sabe que põe xeque novas aventuras de abuso de poder político e econômico, mas sabe melhor ainda que está mantendo o desfalque eleitoral de 2010 na cabeça do eleitor.

Por outro lado, se aprovada, a CPI dos Convênios contribuirá para retirar do Poder Legislativo a pecha de poder submisso, vergado às vontades do Poder Executivo. Nesses tempos em que as instituições públicas, inclusive o Poder Judiciário, começam a agir na conformidade da vontade popular manifesta nas ruas, não é uma tarefa tão difícil, principalmente se levado em conta o descontentamento de diversas correntes da base política governamental que estão tendo seus interesses contrariados. É pagar para ver.